

Coluna do Castello

Realidade pode não ser boa, mas é essa

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, está levando pau de todos os lados. É possível que sua intenção tenha sido a de conciliar. Na realidade, o que está no seu anteprojeto é uma vela acesa a Deus e outra ao diabo. Ele tem todo o direito de incluir suas opções pessoais no anteprojeto que será submetido ao exame e votação da comissão. O que disso resultar chegará ao plenário, cuja sensibilidade dirá do grau de receptividade dos constituintes à realidade política do país.



A esquerda imaginou que poderia comandar a Constituinte para ali elaborar uma Constituição segundo os ditames da doutrina dita progressista do PMDB e assimilada pelos pequenos partidos que se situam à sinistra do sr. Ulysses Guimarães. Por isso mesmo seus epígonos jamais admitiram a verdade simples de que o presidente José Sarney está no governo como intérprete de um processo institucional e político, seguro e gradual. Tal processo resultou de uma *entente* entre o PMDB e dissidentes do PDS que hoje se aglutinam, na maioria, no PFL. Costuma a esquerda proclamar que a transição já passou e no máximo os mais moderados admitem que ela se consumará com a votação da lei básica.

A direita, por sua vez, imaginou retornar aos tempos em que o senador Roberto Campos traduzia em cifras as teses da Escola Superior de Guerra e fazer uma carta próxima da de 1967. O argumento de certa validade é o anacronismo de teses que brotam de lições de Marx e das quais vão gradualmente se separando as nações, entre elas a própria União Soviética. Há uma convicção generalizada de que os militares não têm condições de fazer reverter a transição, assegurando a permanência do sr. José Sarney no poder apesar da Lei Magna que for votada. Essa lei, se refletir o pensamento inserido no anteprojeto do relator, chocaria as Forças Armadas e a opinião moderada da maioria do país, segundo explicitou no Palácio do Planalto o general Leônidas Pires Gonçalves.

A partir de agora é possível que entre na cabeça de certos esquerdistas que o presidente José Sarney não os está traíndo nem revelando excessiva ambição de poder ao anunciar que permanecerá no governo até março de 1990. Ele apenas está condicionado pelo Pacto da Aliança Democrática subscrito pelos srs. Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, como figuras dominantes. As Forças Armadas, que haviam preparado seu retorno aos quartéis, aceitaram o pacto e concordaram em que o colégio eleitoral ferisse a sensibilidade do presidente João Figueiredo.

Hoje, dado o total entrosamento do presidente com os diversos comandos militares, ninguém deve duvidar de que o sr. José Sarney tornou-se o intérprete cuidadoso de um pensamento conjunto de forças políticas hostis ao regime de 1964 mas dispostas a removê-lo segundo um calendário definido. A concessão feita foi reduzir de seis para cinco anos o mandato do presidente. Elaborar uma Constituição seria uma etapa decidida e cumprida pelo sr. José Sarney ao pedir ao Congresso que atribuísse poderes constituintes aos parlamentares eleitos em 1986. Aquelas forças, que incluíam liberais, conservadores e as fimbrias esquerdistas dos diversos partidos, passaram a desfrutar do apoio ostensivo dos comandos militares, que são hoje, por carência do apoio civil à sua retaguarda, como seja um grande estado ou um grande partido, o amparo do presidente.

Quem não percebeu essa realidade estará rejeitando os termos de uma revisão constitucional moderada, que incluía a reforma agrária e outros itens da política social e econômica. Essa é a reforma da transição. Não é previsível que a esquerda, por mais corajosos que sejam seus líderes, como o senador Mário Covas, alcance seu objetivo de modificar as relações do Brasil com o mundo ocidental e desestabilizar a economia rural mediante uma reforma que levantasse em armas os atuais fundiários. A transição é negociação e transigência. A esquerda pode perder o útil na sua tentativa de ganhar tudo.

Afonso Arinos tenta tranquilizar os militares

Brasília — Luciano Andrade

BRASÍLIA — O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, procurou minimizar os efeitos de suas declarações de anteontem, na reunião do ministério - quando afirmou que o anteprojeto de Constituição era inaceitável -, durante almoço na casa do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), ao qual compareceram os demais ministros militares, os líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Luís Henrique, e os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Leônidas disse aos participantes do almoço que não havia imaginado que sua intervenção na reunião ministerial seria reproduzida pela imprensa. "Eu não dei nenhuma declaração pública", disse, procurando explicar-se. A informação, rica em detalhes, vazou através do próprio Palácio do Planalto.

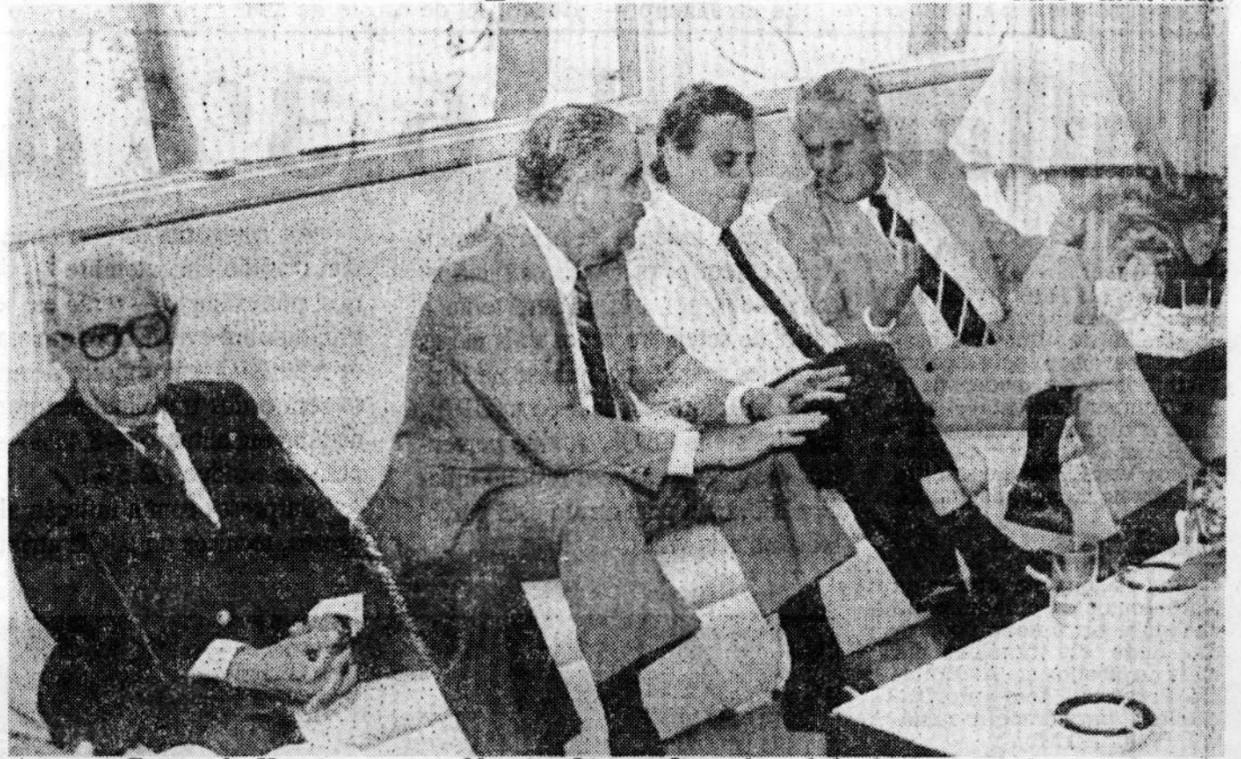
As observações do ministro do Exército sobre o anteprojeto de Constituição foram feitas na quinta-feira diante de todo o governo reunido e refletiram um procedimento que já se tornou rotineiro na Nova República: quando o presidente Sarney se sente enfraquecido diante dos políticos ou derrotado diante da Constituinte, usa os militares como arma de intimidação em lugar da negociação política que aprendeu no exercício de mais de 20 anos de mandato no Congresso. Fez assim quando a ideia de dar-lhe apenas quatro anos de mandato crescia na Constituinte. E, agora, a discussão sobre a anistia e o papel das Forças Armadas esconde o real problema que Sarney enfrenta: a ameaça de implantação do parlamentarismo, um regime com ampla aceitação entre os parlamentares e que lhe tiraria os poderes imperiais que o presidencialismo lhe dá hoje.

Após Sarney — Durante o almoço de ontem, que havia sido marcado por Arinos desde a quarta-feira da semana passada - antes, portanto, da crise aberta pelas declarações de Leônidas -, conversou-se principalmente sobre o sistema de governo. O anfitrião fez uma exposição em defesa do parlamentarismo, mostrando suas vantagens para a estabilidade política do país. O senador Fernando Henrique o ajudou.

Segundo informou Arinos, após a reunião, os ministros militares não levantaram qualquer objeção ao parlamentarismo. Limitaram-se a conversar sobre o tema e pedir explicações. "Há inclusive ministros militares que são parlamentaristas", revelou o senador, sem querer identificá-los. O ministro que mostrou mais simpatia pelo governo de gabinete foi o da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima.

Os ministros militares externaram apenas duas preocupações em relação ao parlamentarismo. Eles não querem a implantação do novo sistema ainda no governo Sarney. Além disso, desejam que o parlamentarismo, se prevalecer, seja uma opção permanente e madura dos constituintes, não uma decisão em função do momento político.

Nas quase duas horas e meia de almoço, transcorridas em clima cordial, Arinos falou também sobre o artigo que define a destinação constitucional das Forças Armadas, uma das novidades do substitutivo que mais irritaram o general Leônidas. No texto anterior, as Forças Armadas somente poderiam intervir na defesa da ordem interna para a garantia dos poderes constituídos. No substitutivo, a redação foi modificada na parte final, para de "garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa expressa destes".



Arinos e Fernando Henrique, entre Moreira Lima e Leônidas, defenderam o parlamentarismo

Veto é à mudança imediata

As Forças Armadas não aceitam a implantação do parlamentarismo durante o governo Sarney. Essa posição foi colocada claramente pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves durante almoço na casa do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), com a presença dos líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Luiz Henrique.

Para tentar contornar a crise entre os militares e a Constituinte provocada pelo projeto de Bernardo Cabral, o presidente Sarney e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, encontram-se hoje, às 9h15, no Palácio da Alvorada.

O almoço entre os militares e os líderes da Constituinte serviu como uma espécie de "acerto de ponteiros". Ao general Leônidas coube o papel de esclarecer o seguinte ponto: em princípio, as Forças Armadas não têm nada contra o sistema parlamentarista. O que os militares não querem, disse Leônidas, é que a implantação do parlamentarismo durante o governo Sarney seja uma arma de dois grupos: os anti-Sarney e os anti-Brizola.

História — Afonso Arinos, ferrenho defensor do parlamentarismo, entrou na conversa como mediador e fez um longo relato histórico sobre o assunto. Além de Leônidas, estavam à mesa os ministros da Aeronáutica, Moreira Lima, da Marinha, Henrique Sabóia, e do Estado-Maior das Forças Armadas, Paulo

Campos Paiva. A certa altura, o ministro Henrique Sabóia quis saber objetivamente: "E agora, como é que isso vai ficar na Constituinte?"

O ministro, os líderes e o senador Afonso Arinos saíram sem resposta, mas o acerto principal foi informalmente estabelecido: a partir de agora, não haverá surpresas: as principais questões da Constituinte, no que diz respeito tanto aos militares quanto diretamente ao presidente, passarão por um processo de consulta mútua.

De concreto, o que no almoço ficou decidido foi um "acordo de cavalheiros", numa tentativa de apagar o incêndio e, se não se chegar agora a um consenso, pelo menos sentar para negociar. Os ministros militares deixaram claro também que, no que diz respeito ao sistema de governo, Sarney tem que ser ouvido, porque, no final das contas, ele é o presidente da República e a atual Constituição lhe garante o mandato.

No Congresso, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, também fez o seu papel. Defendeu o ministro do Exército, afirmando que as queixas contra a Constituinte que o ministro fez durante a reunião do Palácio do Planalto, com o presidente Sarney, não tinham sido tão duras quanto a versão que os jornais divulgaram.

Moreira Lima prefere regime parlamentarista

O parlamentarismo é o sistema político mais avançado para representar uma democracia liberal, segundo o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, porque a condição de sucesso desse sistema de governo é a existência de partidos políticos fortes e bem estruturados. Moreira Lima acha que a implantação do parlamentarismo logo após a promulgação da Constituição depende de avaliação que só as lideranças políticas têm condição de fazer neste momento. "porque é um problema de oportunidade".

— Ainda tem de haver muito diálogo, muita conversação. A estabilidade política depende dos partidos e do governo. Qualquer sistema é viável desde que as lideranças políticas e a sociedade o aceitem bem. Creio que mais cedo ou mais tarde terá de haver a experiência do parlamentarismo — previu o ministro.

Quanto à realização de um plebiscito que referendaria a opção de sistema de governo adotada pela Constituinte, como propôs o governador Moreira Franco, o ministro da Aeronáutica afirmou que o último pleito convocado para debater o assunto "não foi feliz".

— *A priori*, creio que seria uma avaliação sem consistência, porque o povo já elegeu aqueles que estão trabalhando na nova constituição.

□ O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva, acha que "é fundamental para a unidade do Brasil um poder central forte". O general deu essa opinião após o almoço na casa de Afonso Arinos. Paiva frisou que apenas dava sua opinião, que podia não ser a dos demais ministros militares. Sobre a forma de governo, o general disse que teoricamente o parlamentarismo pode ser a melhor solução, "mas na prática o presidencialismo tem se mostrado mais eficiente". Ele lembrou que o parlamentarismo já foi tentado e não deu certo no Brasil.